

Cláudio Souto

*O que é pensar
sociologicamente*

E.P.U. — Editora Pedagógica e Universitária Ltda.

Sobre o autor:

Cláudio Souto é Doutor e Livre-docente em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco, e Doutor em Ciências Sociais pela Faculdade de Sociologia da Universidade de Bielefeld, Alemanha.

Iniciou sua carreira de professor na Universidade do Recife, hoje Universidade Federal de Pernambuco. Com a criação, pela reforma universitária brasileira, de cargos de pesquisador nas universidades federais, optou pela carreira de pesquisador, em regime de dedicação exclusiva. Permaneceu nessa carreira até que fosse extinta, por nova reforma universitária.

Hoje é Professor Titular de Sociologia do Direito, em dedicação exclusiva, na Universidade Federal de Pernambuco. Estão igualmente sob sua responsabilidade o ensino e a pesquisa de Teoria Sociológica, no Curso de Mestrado em Sociologia, PIMES, UFPE.

Foi pesquisador Fulbright visitante na Universidade de Colúmbia, Estados Unidos, e por duas vezes professor visitante para pesquisa na Universidade de Colônia, Alemanha, com o apoio da Fundação Alexander von Humboldt.

Seus livros mais recentes sobre Teoria Sociológica e Sociologia Geral são os seguintes: *Allgemeinste Wissenschaftliche Grundlagen des Sozialen* (Fundamentos Científicos mais Gerais do Social), Wiesbaden, Franz Steiner Verlag, 1984; e *A Explicação Sociológica, uma Introdução à Sociologia* (em colaboração com Solange Souto), São Paulo, E.P.U., 1985.

Código: 8005-NLI

© E.P.U. — Editora Pedagógica e Universitária Ltda., São Paulo, 1987. Todos os direitos reservados. A reprodução desta obra, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização expressa da Editora, sujeitará o infrator, nos termos da Lei n.º 6.895, de 17-12-1980, à penalidade prevista nos artigos 184 e 186 do Código Penal, a saber: reclusão de um a quatro anos.

E.P.U. — Praça Dom José Gaspar, 106 — 3.ª sobreloja, n.º 15 —
01047 — Caixa Postal 7509 — 01051 — São Paulo — Brasil —
Tel. (011) 259-9222

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Sumário

Prefácio	VII
1. Pensar sociologicamente: algo que vem da vida, para a vida	1
2. A atitude sociológica	5
3. Como são trabalhados os problemas sociológicos ...	9
4. Alguns problemas sociológicos fundamentais	13
4.1. O problema da relação entre ideologia e ciência sociológica	13
4.2. O problema da relação entre modelos sociológicos “do equilíbrio” e modelos sociológicos “do conflito”	16
4.3. Os problemas do social, do movimento do social, e da “estrutura” social	18
4.4. O problema de uma lei explicativa do movimento no espaço social	20

4.5. O problema do tempo social	26
4.6. O problema da cooperação, da competição e do conflito	28
4.7. O problema da mudança social e da estabilidade. O problema da sociedade justa: um problema sociológico?	32
5. Métodos (caminhos) básicos do pensamento sociológico	41
5.1. O caminho mais geral e principal, o da criação sociológica	41
5.2. Os caminhos indutivo e dedutivo do pensamento sociológico. A indução-dedução na explicação teórica	43
5.3. O caminho dialético do pensamento sociológico	46
5.4. O caminho funcional do pensamento sociológico	48
5.5. Pensar teoricamente antes ou depois dos dados de pesquisa? A linguagem do pensamento sociológico	50
6. Conclusão	53
Leituras sugeridas	57

Prefácio

O homem precisa compreender-se e compreender os outros homens, como seres sociais que todos somos. Essa compreensão do ser humano como ser social pode ser feita ou de maneira ingênua, mítica, ou filosoficamente, por meio da razão. Ou se pode fazer cientificamente: isto é, de modo comprovável pela observação controlada. Controlada através de métodos e técnicas rigorosos de pesquisa.

A compreensão científica mais geral da realidade social cabe ao pensamento sociológico, que procura não só descrever, como sobretudo explicar essa realidade.

Num mundo científico e tecnológico como o nosso, não podemos apenas pensar filosoficamente sobre o homem social. Urge explicá-lo também de maneira sociológica, e do modo mais completo possível. Para isso é preciso responder com nitidez à pergunta fundamental: o que é pensar sociologicamente?

Este ensaio tem como objetivo mostrar o processo, não o estado, do pensamento sociológico. Por isso mesmo se exemplifica como pode ocorrer esse pensamento. Não se trata de impor perspectivas determinadas sobre a Sociologia.

Mas sim de esclarecer, com os verbos quase sempre no condicional, como se pensaria sociologicamente: como se pensaria de maneira tentativa, porém tanto quanto possível unitária, elegante e simples.

1. Pensar sociologicamente: algo que vem da vida, para a vida

Vivendo sua vida social, o homem percebe situações múltiplas. Ele precisa avaliar essas situações para que possa decidir sobre a alternativa de ação que mais o agrada (ou menos o desagrade), em determinado momento. E para avaliar ele necessita não só sentir, como pensar.

O ser humano pensa, de fato, sobre sua vida social em quase todos seus instantes de vida. O homem pensa, pois, socialmente, e, por vezes, sociologicamente. Pensar sociologicamente é pensar não só de modo racionalmente rigoroso, como também de maneira comprovável pela observação controlada dos fatos sociais.

Como quer que seja, quer o ser humano pense socialmente, o que quase sempre faz, quer pense sociologicamente, o que faz às vezes, chegam-lhe à mente perguntas básicas.

São exemplos dessas perguntas fundamentais, ligadas entre si e a serem explicadas pelo pensamento sociológico:

O que é o social? Como se explicam os movimentos de aproximação e de afastamento no espaço social? O que é o grupo social e como se explica o fenômeno asso-

ciativo humano? Como se explicam o equilíbrio no espaço social e o conflito nesse espaço? São a competição e o conflito sempre desequilibrantes? Temos, ou não, equilíbrio social estável em algum país do mundo de hoje e por quê?

Essas perguntas, e outras análogas que possam ser feitas, vêm da vida social e as respostas que se dão a elas são de importância decisiva para a vida social do homem. Pois a aplicação prática dessas respostas pode significar socialmente aproximação ou afastamento, consenso ou dissenso, coesão ou descoesão, equilíbrio ou desequilíbrio, equilíbrio estável ou instável, paz ou conflito.

Ao longo deste ensaio se tentará esclarecer como se poderia pensar, em resposta a essas perguntas, de uma maneira sociológica tanto quanto possível rigorosa. Sem que se negue, é claro, que seja viável pensar sociologicamente também com menor rigor.

Por exemplo, se tomarmos a pergunta básica "como se explica o fenômeno associativo humano?", poderíamos respondê-la de modo rápido e útil. Poderíamos dizer que esse fenômeno se deve a necessidades de alimentação, de agasalho e/ou abrigo, de defesa, ou a interesses econômicos, ou de poder político, ou de prestígio intelectual — todos esses fatores, e muitos outros, conduzindo os homens a viverem em grupo.

Todavia, esse modo de explicar (embora válido, pois correspondente a fatores reais do fenômeno grupal humano) se aproximaria mais de uma enumeração descritiva de variáveis (fatores) que de uma explicação científica rigorosamente abrangente (compreensiva). Esta última teria a forma de uma lei geral sobre o movimento de associação no espaço da interação social.

Tudo parece indicar a conveniência de procurar-se uma tal lei geral: na verdade, cada um dos fatores mencionados

não explicaria sempre toda e qualquer espécie de movimento associativo. Uma lei geral tentaria fazê-lo.

De fato, hoje existe um forte consenso, entre os sociólogos de todas as tendências, no sentido de que um só tipo de fator concreto, social ou não, não é capaz de explicar, sozinho, em um determinismo unilateral, o processo social humano. Já não caberia um determinismo ou de fatores geográficos, ou de fatores biológicos, ou de fatores econômicos etc.

Outra coisa seria construir, por abstração, em Sociologia, uma lei geral sobre o movimento de aproximação e de afastamento no espaço da interação social. Se é possível, ou não, construir-se uma lei assim, é conclusão que ficará à autonomia intelectual do leitor, em função do conhecimento que tome deste ensaio e, especialmente, de seus tópicos 4.4, 4.6 e 4.7.

Pensar sociologicamente será sempre pensar de modo crítico. Pois o pensamento científico expressa sempre uma atitude de dúvida. Como pessoa humana comum, o sociólogo pode ser um homem de fé. Mas, no momento em que esteja exercendo a função de sociólogo, se é realmente homem de ciência, é, com isso, um homem da dúvida. Em dúvida permanente da sua construção intelectual e das construções intelectuais alheias.

A Sociologia será profundamente crítica, não porque se apóie num autor para criticar outros. Será profundamente crítica porque duvida de tudo, inclusive de si mesma. Como qualquer ciência moderna que não seja meramente formal, ela terá como princípio, não a exatidão, a certeza, mas, sim, a probabilidade.

A Sociologia, enquanto saber científico, não é um saber conscientemente preconcebido. É, ao contrário, um saber aberto e sempre à procura do seu erro. Pois as soluções da ciência rigorosa, como as da filosofia de base científica, nunca são soluções definitivas.

Apesar disso, essas soluções são as menos inseguras de que o conhecimento e a prática da vida possam dispor. Pelo fato de serem comprovadas ou, pelo menos, comprováveis, pela observação controlada dos fatos sociais.

Assim, o sociólogo acredita em sua ciência. Apenas acredita duvidando. Ou duvida acreditando, se se preferir.

2. A atitude sociológica

A atitude sociológica pretende ser uma atitude de conhecimento científico. De conhecimento científico da realidade social do homem.

O homem precisa conhecer sua realidade social da maneira menos insegura possível. Ou seja, de maneira comprovável por métodos e técnicas de pesquisa científica (observação controlada dos fatos). Pois ele necessita ou adaptar-se a essa realidade social do modo menos inseguro possível, ou precisa transformá-la, com a maior segurança possível. Se quiser continuar a existir e a desenvolver-se.

A atitude sociológica é uma atitude de conhecimento e nisso ela cumpre missão que lhe é própria. Conhecida a realidade social de maneira científica tão rigorosa quanto possível, então é viável à ação prática social escolher, com base nesse conhecimento, entre: sobretudo adaptar-se racionalmente a essa realidade; ou sobretudo transformá-la de maneira racional.

Sempre há, simultaneamente, adaptação à realidade social e sempre há transformação dela (seja esta transformação ligeira ou profunda, pois a realidade social é uma

realidade em contínuo movimento). O que a ação prática vai escolher é, num determinado momento, entre sobretudo adaptar-se ou sobretudo transformar. Qualquer dessas alternativas pode basear-se em conhecimento ingênuo, ou em conhecimento rigorosamente científico, do social. Parece óbvio que num momento científico e tecnológico como o nosso a adaptação ao social e a transformação dele se devam basear, tanto quanto possível, em ciência social rigorosa. Se a tecnologia da Física assim o faz, com êxito, por que não procuraria fazê-lo, ainda que com menor êxito, uma tecnologia da ciência social?

Mas a realidade social, ou qualquer outra, não oferece ao cientista, por si mesma, soluções prontas de conhecimento: o conhecimento das realidades não está propriamente nelas, mas numa relação homem pensante — realidade.

Portanto, não apenas idéia, não apenas realidade. Mas idéia *da* realidade. No caso da ciência, idéia comprovável da realidade. Idéia sem consideração da realidade não pode ser idéia científica. Realidade sem idéia não pode ser conhecimento.

Mas, se a realidade não fornece de si mesma as suas leis, o homem de ciência, social ou não, tem de pensar profundamente sobre a realidade, a partir da observação dela, para *criar* as proposições (teses) que *expliquem* a realidade de que se ocupe.

A atitude sociológica não é, assim, somente a de definir, classificar e descrever. Ou mesmo de correlacionar fatos. Tudo isso é importante, mas ainda não está aí a alma da atitude sociológica. Uma boa descrição do social, por exemplo, pode ser um bom trabalho de reportagem jornalística, e não representar ainda uma atitude propriamente científica diante do mundo social.

A alma da atitude sociológica está em *explicar* os fatos sociais concretos por proposições (teses) gerais, em forma de lei científica. Isso é essencialmente um difícil trabalho de imaginação criadora. Nem sempre se consegue

realizá-lo, nem geralmente ele é realizado. Mas a isso tem de aspirar a atitude sociológica, se quiser ser atitude de ciência social rigorosa.

Essa aspiração por rigor na construção sociológica é, aliás, um ponto de consenso entre os sociólogos. Há sociólogos que entendem que a Sociologia esgota sua missão quando descreve e explica, de modo tecnicamente comprovável, o social — pois o mais seria Filosofia ou ideologia. Outros entendem que cabe também à Sociologia em si mesma uma missão de transformação libertadora do mundo social. Mas quase todos os sociólogos defendem para a Sociologia uma atitude o mais possível rigorosamente objetiva no conhecimento do social.

3. Como são trabalhados os problemas sociológicos

Já vimos que os problemas sociológicos surgem da vida social: surgem da necessidade que o homem tem de adaptar-se a essa vida social e de transformá-la.

Como o ser humano não consegue viver senão de maneira social, quanto mais seguramente ele conheça o social, tanto mais seguramente ele se adaptará ao social e o transformará. Ora, a Sociologia tem a vantagem de todo conhecimento científico: a de ser o conhecimento menos inseguro que se possa ter. Pois é baseado na observação controlada dos fatos.

Em mundo social altamente complexo e diferenciado como o é o mundo social moderno, o ser humano tem mentalmente de simplificar. Tem de simplificar para perceber o essencial à sua escolha prática entre alternativas possíveis de conduta.

Atendendo a essa necessidade da vida social, o conhecimento sociológico, como todo conhecimento científico, reduz estrategicamente a variação múltipla do real. Reduz tal variação em suas construções teóricas sobre o real social.

Assim, o saber sociológico reduz suas definições e classificações ao rigorosamente essencial, ocupando-se de poucas categorias estratégicas, altamente abrangentes: como, por exemplo, interação social, processo social, socialização, controle (dominação) social, grupo social.

A partir daí reduz também suas proposições (teses) ao menor número essencial possível, de tal sorte que as proposições mais gerais, obtidas a partir da observação da realidade concreta, expliquem as menos gerais, estas deduzidas ou dedutíveis das primeiras. Todas essas proposições sendo explicativas dos fatos sociais concretos.

Assim, a Sociologia não apenas apresentaria correlações entre fatores (entre variáveis), mas tentaria fixar-lhes o nexos causal (relação de causa e efeito). A explicação causal não esgotaria contudo as possibilidades básicas da explicação sociológica, que pode ser ainda dialética, e funcional, como veremos no último capítulo.

Tudo isso implicaria "compreensão" em sentido estrito, isto é, o entendimento de sentidos (significados) como componentes típicos da ação humana social.

Em sentido lato, mesmo a Física, ao formular leis causais dos fenômenos físicos e explicar, através delas, os fenômenos concretos particulares, "compreende" (porque há explicação), de certa maneira, esses fenômenos físicos.

Em sentido estrito, porém, os fenômenos físicos, químicos e biológicos não apresentariam significados a serem "compreendidos", a não ser no caso do estudo biológico do comportamento animal. Mas aqui a compreensão em sentido estrito, embora exista, parece bem mais simples que a do comportamento humano, mesmo quando se trate de animais superiores (que claramente pensariam e avaliariam).

O fato de o sociólogo ser mais motivado pela necessidade social de adaptação ou pela necessidade social de transformação pode influir na escolha do tema de seu trabalho. Por exemplo, um sociólogo mais motivado por transformação social poderá dar ênfase a temas como estra-

tificação (hierarquização) social, marginalidade, conflito social, mudança social.

Não terá importância que a escolha do assunto de trabalho seja motivada pela ideologia, filosofia ou religião do sociólogo como pessoa humana. Isso não perturba o trabalho sociológico propriamente dito: desde que, *durante* o procedimento científico, o sociólogo se esforce o mais possível para não se deixar preconceber por sua classe social, por sua ideologia, por sua filosofia de vida, por sua religiosidade ou não-religiosidade. O que ele não pode é preferir suas pré-noções a dados da observação da realidade.

Na verdade, qualquer espécie de estudo sobre o social, uma vez comprovável por alguma forma de observação controlada, poderá ser objeto de indagação sociológica.

4. Alguns problemas sociológicos fundamentais

Entre os problemas básicos da Sociologia se situariam os seguintes:

4.1. O problema da relação entre ideologia e ciência sociológica

“Ideologia” é palavra que, na sua origem, quer dizer “teoria das idéias”. Hoje, porém, se emprega comumente essa palavra, em Sociologia, para significar conhecimento errôneo, ou pelo menos, duvidoso. Conhecimento errôneo ou duvidoso pelos seus condicionamentos (influências) sociais emocionalmente perturbadores da objetividade do conhecimento. Inclusive, e acentuadamente, pelos condicionamentos da classe social a que pertença o sociólogo.

Desde que se entenda assim a ideologia, como conhecimento errôneo ou, pelo menos, duvidoso, há forte consenso entre os sociólogos de que ela deva ser evitada na produção do conhecimento sociológico.

Contudo, de um lado, há sociólogos que defendem uma "neutralidade axiológica" do cientista social, isto é, este último deveria manter uma atitude neutral diante dos valores sociais, para não contaminar a objetividade do conhecimento científico. E há, por outro lado, sociólogos que afirmam que essa "neutralidade axiológica" é um mito. Estes afirmam mais que, sendo essa "neutralidade" impossível, em virtude dos inevitáveis condicionamentos sociais, inclusive de classe social, a pretensa objetividade científica dos que defendem a "neutralidade axiológica" na verdade seria frequentemente uma máscara a ocultar uma ideologia conservadora.

Estes últimos sociólogos são, por sua vez, acusados de, por não acreditarem em ciência sem ideologia, se preocuparem, na prática de sua produção sociológica, de uma contaminação ideológica, terminando por incidir em ideologias políticas de esquerda.

Ora, o homem não é apenas um ser de idéias, é também um ser sentimental. No homem, e no homem social, o sentimento de agradabilidade ou de desagradabilidade sempre estaria indissolavelmente associado às suas idéias. Resultado: todo e qualquer processo mental e social seria sempre avaliativo, sendo então impossível ao homem deixar de avaliar ou de valorar (algo é sempre julgado como devendo ser ou não devendo ser, podendo esse algo ser uma conduta comum ou uma conduta teórica).

Por isso — e essa seria a razão mais abrangente, mais geral — se tornaria impossível a "neutralidade axiológica", pois o homem, pela própria maneira de ser de sua mente, não poderia, um só instante, deixar de avaliar, de valorar. Mas parece perfeitamente possível que o homem de ciência, enquanto faça ciência, procure restringir seus julgamentos, suas avaliações, ao valor "cientificidade". Isto é, procure restringi-los à objetividade, à realidade (concordância com o real) de suas descrições e explicações.

Porque tudo indica que o homem é um ser sentimental-ideativo, e, portanto, sempre avaliativo, não seria possível aspirar a um conhecimento humano totalmente puro de contaminação ideológica. Apenas a título de ilustração, comparemos isso com a "pureza" da água. Assim como não há água totalmente isenta de impureza (considerando-se "pura", potável, a água não significativamente contaminada), o máximo a que se pode aspirar em Sociologia seria a um grau não-significativo de contaminação ideológica.

Naturalmente, as ciências que têm o próprio homem como objeto, as ciências humanas, entre as quais a Sociologia, correriam um risco maior de ideologização que as ciências que possuem como objeto a natureza não-humana.

Note-se, porém: se de uma parte a ideologia pode contaminar a ciência, podendo esta chegar a ser significativamente ideológica e assim significativamente não-científica; de outra parte, por sua vez, o conhecimento ideológico pode transformar-se em conhecimento científico. Para tal basta que consiga ser apresentado de forma comprovável pela observação controlada.

Um exemplo esclarecerá. Há diversas ideologias que salientam o princípio da "igualdade". Se em vez de "igualdade", falarmos de "semelhança", e se formularmos a proposição de que à idéia de semelhança com o que se aceita corresponde um sentimento de agradabilidade e a aproximação no espaço da interação social — essa proposição se torna comprovável pela pesquisa sociológica, tanto a nível da microsociologia, como da macrosociologia. Então, se a proposição for válida, quanto mais semelhanças objetivas haja no espaço social, maior a probabilidade de aproximação, integração, coesão, associação, cooperação, equilíbrio, nesse espaço.

Isso não surpreende, se nos lembrarmos de que o conhecimento filosófico (o qual, como o conhecimento ideológico, não é comprovável pela observação controlada dos fatos), pode, contudo, também tornar-se comprovável —

se vier a ser formulado de maneira mais precisa e concreta. A Física já foi Filosofia e não há muito tempo atrás a Psicologia era Filosofia. Hoje a Física e a Psicologia já são conhecimentos autônomos, embora continuem existindo, como correspondentes à necessidade humana de conhecer, mais abrangentemente, uma Filosofia da Natureza e uma Filosofia do Mental.

Repare-se finalmente que as ideologias têm a função de atender à necessidade humana de optar entre alternativas de conduta. Pois nem sempre o dado de ciência existe e quando exista não é suficiente para, sozinho, fundamentar uma opção entre alternativas de ação prática.

Por esse motivo, a ideologia aparece forte e inevitavelmente *antes* da atividade científica — por exemplo, na escolha do tema a investigar — e *depois* da atividade científica, na aplicação prática dos dados de ciência. Apenas poderia e deveria ser evitada a ideologia (não totalmente, mas no máximo que se possa) *durante* a atividade científica. Para que esta última seja o mais possível despreconcebida, e, assim, o mais possível crítica e criativa.

4.2. O problema da relação entre modelos sociológicos “do equilíbrio” e modelos sociológicos “do conflito”

Há sociólogos que enfatizam, em seus escritos, integração, equilíbrio. Há outros que neles salientam mudança, estratificação (hierarquização), conflito.

Ambas essas atitudes sociológicas seriam cientificamente adequadas, se e enquanto significarem uma opção pessoal por temas que seriam, todos, perfeitamente válidos em Sociologia.

Essas atitudes só perderiam adequação quando expressem uma posição *apriorística* que ponha mais ênfase no

equilíbrio ou no conflito. Pois, se há relações sociais em que a integração assume primazia, há outras que se marcam sobretudo pelo conflito.

Tudo depende da *perspectiva* que se tome, abstraindo da integração o conflito, ou do conflito a integração. Porque, numa visão sociológica ampla, abrangente, a integração e o conflito coexistem. Por exemplo, para haver conflito de classes, é preciso existir classes. E para haver classes é imprescindível que possuam, cada uma delas, um mínimo de integração, coesão ou equilíbrio internos. Note-se ainda que os conflitos ocorrem sempre no interior de sociedades, que estão sempre integradas ou equilibradas, ainda que essa integração ou equilíbrio sejam instáveis (instabilidade essa que seria típica de todas as sociedades modernas). Enquanto, por outro lado, não há sociedade humana que seja tão integrada e equilibrada que não possa conter conflitos (as sociedades modernas, de equilíbrio instável, são altamente conflituosas).

A razão teórica por que integração e conflito coexistem nas sociedades parece simples. Como nenhum homem é totalmente semelhante ou totalmente dessemelhante de outro, potencialmente existe sempre a possibilidade de consenso ou de conflito.

Pois os homens sempre se aproximariam ou se afastariam uns dos outros conforme *percebam* no outro (ou outros) *preponderância* de semelhança ou de dessemelhança com os padrões que aceitam. Quando se percebe aguda preponderância de dessemelhança com o que se aceita, o afastamento tende a ser conflito.

Assim, o social real abrangente não seria só consenso, nem seria só conflito ou, de uma maneira geral, não seria só aproximação, nem só afastamento, no espaço da interação social.

4.3. Os problemas do social, do movimento do social, e da "estrutura" social

Para pensar sobre o movimento do social é preciso pensar antes sobre o que é o social. Pois que o movimento do social dependerá evidentemente da natureza deste.

Se o social fosse um fenômeno corpóreo, seu movimento seria o movimento dos corpos físicos, explicável pela massa física, como na lei de Newton da gravitação ou na equação de Einstein da energia (onde energia se define por massa e por velocidade da luz).

Mas tudo indica que o social não é um fenômeno corpóreo — embora tenha uma infra-estrutura material corpórea, o organismo humano, o qual, por sua vez, possui uma infra-estrutura físico-química. Desse modo, não obstante o social seja, pelo menos até certo ponto, uma resultante de fenômenos de massa física, não será, em si mesmo, fenômeno corpóreo.

Mas se o social não é propriamente nem o biológico, nem o físico-químico, o que será? Em sentido amplo, só poderia ser um fenômeno mental, desde que a natureza humana conhecida parece reduzir-se ao físico-químico, ao biológico e ao mental.

Contudo, o social não será um fenômeno da vida mental interior do homem, mas implicará *comunicação* entre homens. Assim, em sentido restrito, o social humano não seria um fenômeno mental, mas seria algo novo resultante da comunicação entre pólos mentais humanos. Ou seja, por fenômeno social se entenderia aquele fato que não está apenas no interior da mente humana, mas se exterioriza na comunicação entre homens, de que resulta como algo novo.

Os homens se comunicam idéias, sentimentos e vontades, reagem sempre ao que é comunicado e, não raro, aceitam em comum o que se comunica. Quando aceitam em comum aquilo que se comunica, e se permanece o seu

relacionamento, o fenômeno seria não só social, mas também grupal. E quando o grupo social é muito extenso, quer dizer, aceito por muitos indivíduos, é comumente chamado de sociedade.

Há sociólogos que reduzem o social ao grupal: isto é, o social só existiria onde existisse o grupal. Se bem que as sociedades sejam o pano de fundo de qualquer fenômeno social, nem todo fenômeno social particular é fenômeno de aceitação em comum do que se comunica entre pólos mentais humanos. Não seria só o consenso que é fenômeno social, seria também social o dissenso, e até mesmo o conflito. Por isso parece razoável entender o social como algo abrangendo também o não-grupal. Isto é, se todo grupal inter-humano seria social, nem todo social seria grupal.

Ora, se o social é algo novo resultante da comunicação entre pólos mentais humanos, compreende-se facilmente que é contínuo o movimento do social. Pois a mente humana não pára de mover-se, quando viva. E após a morte orgânica, ou por ausência física, pode, através de material visual ou sonoro (livro, gravação sonora, película cinematográfica), ou pela lembrança do passado, continuar a provocar movimento a partir de mentes humanas vivas que lhe recebam a mensagem. A rigor, portanto, não existiria uma estática social, porém apenas uma dinâmica social.

Mas se o movimento do social é incessante, não há, rigorosamente falando, uma "estrutura" social. A não ser que se empregue a palavra "estrutura" em sentido figurado. Se o fizermos, todavia, mantém-se o risco de que essa palavra seja entendida em uma conotação estática, que iluda os espíritos sobre o fluir, que tudo indica ininterrupto, do social. O mais conveniente seria evitar a expressão "estrutura social", substituindo-a, por exemplo, por "padrões básicos do social", ou outra maneira análoga de dizer.

Pode-se falar, em linguagem figurada, de "uma estrutura, à maneira de processo, do social", ou que é "a mudan-

ça um modo de ser da estrutura social". Mas em si mesma a palavra "estrutura" tem uma conotação estática e atemporal. Tanto tem, que um ilustre sociólogo norte-americano recente pôde escrever, referindo-se à diferença entre "processo social" e "estrutura social": "A diferença é essencialmente análoga àquela entre o exame microscópico de processos fisiológicos em grande minúcia e a dissecação anatômica do organismo total para estudar sua estrutura."

Em suma: parece adequado evitar-se em Sociologia a expressão "estrutura social", pois essa expressão normalmente se refere a fenômenos de massa física, tornando-se ambígua em sua aplicação a um fenômeno não-corpóreo, o social.

Como porém a cultura (entendida como tudo que caracteriza um grupo) muito normalmente chega a se corporificar de uma estrutura física (meios físicos de comunicação: livros, películas cinematográficas, normas escritas) ou de uma estrutura orgânica (memória de pessoas vivas: comportamentos lembrados, normas costumeiras), poder-se-ia falar de uma estrutura cultural. Mas evidentemente isso só no sentido dessa corporificação física ou orgânica da cultura.

Já os processos sociais em si mesmos, inclusive o processo social grupal, em virtude de seu nítido e incessante movimento, não dispõem, a rigor, de uma "estrutura".

Ou seja: a realidade social seria essencialmente uma realidade de processos. Só instrumentalmente seria uma realidade de estruturas — estruturas físicas e orgânicas. Pois o social se instrumentaliza do físico e do orgânico como meios de expressão.

4.4. O problema de uma lei explicativa do movimento no espaço social

Mas, se a realidade social é essencialmente móvel, como se processaria o movimento do social? E seria possível uma lei sociológica geral explicativa desse movimento?

O movimento do social é, ao que tudo parece indicar, movimento de aproximação e de afastamento entre pólos mentais que *exteriorizam* uma comunicação (a interação social seria ação relacionada e exteriorizada entre esses pólos). Porém o que causa aproximação e afastamento no espaço social, isto é, no espaço da interação social?

Em termos de pesquisa científica empírica, os dados são no sentido de que a semelhança é fator de aproximação social. Por exemplo, em algumas experiências de laboratório, a descrição de outra pessoa era feita de modo que esta pessoa fosse apresentada ou como muito semelhante, ou como muito diferente, dos sujeitos submetidos aos experimentos. Pois bem: quanto mais semelhante era a descrição, mais esses sujeitos acreditavam simpatizar com a pessoa que era descrita.

Notou-se, analogamente, diferentes padrões de respostas fisiológicas em soldados, dependendo do posto (soldado raso, capitão); maior reatividade eletrodermal diante de negros, em investigações de atitudes preconcebidas; discordar, provocando maiores respostas galvânicas da pele, que concordar; contrariar a opinião do grupo maiores respostas fisiológicas do que conformar-se a ela; e que, quanto mais similar o sujeito ao modelo, quando observava este último ser submetido a dor ou prazer, mais freqüentes eram as ocorrências de vasoconstrição.

Quanto à pesquisa empírica, parece, pois, claro, que a semelhança aproxima no espaço social. Todavia, do ponto de vista teórico permaneceu o problema de que a semelhança, embora aproxime, não aproximaria *sempre*.

Teoricamente esse problema se situa em palavras clássicas de Émile Durkheim, ainda hoje atuais: "Todo mundo sabe que amamos quem conosco se parece, quem quer que pense e sinta como nós. Mas o fenômeno contrário não se encontra menos freqüentemente." E acrescenta: "Não há (...) senão diferenças de um certo gênero que tendem (...)"

uma para a outra; são aquelas que em lugar de se opor e de se excluir, se completam mutuamente."

Nota-se pois, em Durkheim, que a semelhança atrai pessoas, mas a dessemelhança também as atrai, desde que as diferenças se completem mutuamente, como, por exemplo, na simpatia recíproca que pode ocorrer entre um homem teórico e outro prático.

Significaria isso, então, a impossibilidade teórica atual de uma lei científica geral do movimento no espaço social? Se a resposta tiver de ser afirmativa, o pensamento sociológico se frustrará pela impossibilidade de explicar esse movimento de modo científico rigoroso. Persistiria então, para a Sociologia, pobreza teórica análoga àquela retratada para a Psicologia por um psicólogo alemão recente, para quem esta ciência ainda aguarda o seu Newton ou se procura iludir sobre tal fato com medíocre habilidade.

De fato, se tanto a semelhança como a dessemelhança entre pessoas as atraem realmente, não seria possível, nesses termos, ter-se uma proposição científica rigorosa.

Um primeiro indicativo para um possível rigor no pensamento sociológico já se encontra, contudo, implícito no texto mencionado de Durkheim, quando ele diz que só se atraem as diferenças que não se opõem e se excluem, mas que se completam mutuamente. Ora, poderíamos dizer que a idéia de completação mútua implicaria a idéia de semelhança preponderante na respectiva relação sócio-interativa. De fato, no exemplo do teórico e do homem prático, eles se aproximariam pela *idéia comum a ambos* de que seus talentos diferentes são vantajosamente complementáveis.

Já para um problema teórico de sua ciência, o teórico científico poderá preferir aproximar-se do colega teórico e afastar-se do homem prático. Ora, ainda aqui, essa aproximação se explicaria pela idéia de semelhança preponderante quanto a uma relação de trabalho especificamente teórico.

O pensamento sociológico poderia ir ainda mais longe, no sentido de tentar-se maior precisão.

Objetivamente considerada, a semelhança não atrai fatalmente, nem fatalmente a dessemelhança afasta. Isso por uma razão muito simples: pode haver erro na avaliação de semelhança ou de dessemelhança.

Um exemplo esclarecerá: se alguém é fascista e pensa, por erro, que outro fascista é comunista, se afastará politicamente no espaço mental e no espaço social do companheiro fascista. Mas, se o fascista pensa que um comunista é fascista, por erro poderá aproximar-se politicamente dessa pessoa de ideologia oposta.

Na verdade, em termos estritamente objetivos, tudo indica que a semelhança pode afastar e a dessemelhança pode atrair. Objetivamente considerando, o máximo que se pode afirmar é que a semelhança provavelmente atrai e a dessemelhança provavelmente afasta.

Mas isso seria pouco para um rigor científico maior, que deveria aspirar a proposições determinísticas, na maneira clássica da lei de Newton para a Física. E aqui estará um grande desafio e, ao mesmo tempo, a possibilidade de um exemplo básico das viabilidades mais abrangentes do pensar de maneira sociológica.

Toda e qualquer ciência que não seja meramente formal (como a Lógica e a Matemática) *não seria exata*, de modo absoluto, antes seria probabilística. Contudo, quando a proposição científica é determinística, contém um "sempre" explícito ou implícito, o que significaria que sua probabilidade é muito alta.

Parece que se pode conseguir uma proposição probabilística de natureza determinística (e não meramente probabilística) sobre o movimento no espaço da interação social, desde que baseada essa lei na avaliação subjetiva das semelhanças e das dessemelhanças.

Pois as pessoas sempre se aproximariam e sempre se afastariam daquilo que, respectivamente, considerem mais

semelhante ou mais dessemelhante do que aceitam. Pouco importa, para o movimento de aproximação ou de afastamento, que haja acerto ou erro na avaliação: as pessoas sempre se aproximariam daquilo considerado por elas preponderantemente semelhante ao que aceitam; e sempre se afastariam daquilo considerado por elas preponderantemente dessemelhante do que aceitam. Tratar-se-ia de um determinismo mental e social que tudo indica se processa em função de uma idéia de semelhança ou de dessemelhança, seja correta ou incorreta essa idéia.

Assim, as proposições (teses) sobre distância social poderiam ser pensadas e apresentadas de modo objetivo ou subjetivo. Subjetivamente expresso, teríamos, por exemplo, a proposição fundamental: Quanto maior a semelhança entre um pólo de interação social (tal como avaliada por ele) e outro ou outros pólos sócio-interativos, menor a distância social (distância exteriorizada) do primeiro em relação ao outro ou outros. Isso *sempre* ocorreria (proposição determinística).

Essa proposição seria um postulado sociológico, isto é, uma proposição básica comprovada ou comprovável da qual seria possível deduzir proposições menos gerais (chamadas teoremas). Outro postulado, basicamente, embora não exclusivamente, de natureza psicológica, seria ainda mais genérico: Quanto maior for a idéia de semelhança que o ator de uma conduta humana, mental ou social, tenha, maior a agradabilidade sentida por ele e, quanto maior esta, mais será desejada por ele. Isso também *sempre* ocorreria (proposição determinística).

Daí deflui que, no momento da opção entre alternativas, sempre se escolhe aquela que seja, nesse momento, mais agradável (menos desagradável), em função do que se julgue em semelhança maior (dessemelhança menor) com o que se aceita. Assim, dependendo do que se aceite em determinado momento, pode ser mais agradável (menos de-

sagradável), ao indivíduo ou ao grupo, sacrificar a própria vida, ou os próprios bens econômicos, do que retê-los.

Objetivamente expressas, as proposições sobre distância social seriam porém acentuadamente probabilísticas, por exemplo: Quanto maior a semelhança objetiva entre pólos sócio-interativos, tanto menor *provavelmente* a distância social entre eles (pois eles podem errar na avaliação de semelhança ou dessemelhança: podem considerar dessemelhante o que é objetivamente semelhante, ou vice-versa).

A avaliação subjetiva de semelhanças e dessemelhanças é quantitativa e é qualitativa, e tudo indica que é *decisivamente qualitativa*. Isto quer dizer: a quantidade de semelhanças pode ser menor que a de dessemelhanças e, no entanto, a relação pode ser avaliada como preponderantemente de semelhança. Como? Desde que as semelhanças, em menor número, sejam consideradas, porém, fundamentais.

Desse modo, uma noiva pode ter mais defeitos que qualidades aos olhos do seu noivo; mas se este considerar que as qualidades, embora em menor número, são fundamentais para ele, desejará casar-se. O mesmo princípio da avaliação, sobretudo qualitativa, valerá para grupos grandes, como numa aliança ou antagonismo entre partidos políticos (de ideologias eventualmente diferentes e até opostas) ou entre sindicatos de classe.

De maneira geral, se a idéia de dessemelhança prepondera sobre a de semelhança entre pólos sócio-interagentes, o respectivo sistema de interação entraria em desequilíbrio (descoesão).

Vimos que a semelhança se avaliaria pelo pólo da interação social em função dos padrões que ele aceita (ele se aproximaria ou se afastaria *sempre* do que considera, respectivamente, semelhante ou dessemelhante do que aceita). Todavia, deve-se reparar que os padrões que aceita não correspondem necessariamente à sua própria conduta. Na verdade, a pessoa pode considerar-se dessemelhante de si

mesma, isto é, dessemelhante, em sua conduta, dos padrões fundamentais que aceita.

A pessoa e o grupo (seja pequeno, ou grande, e mesmo tão vasto como uma sociedade inteira), no espaço da interação social, *sempre* se aproximariam *ou* se afastariam do que avaliam como preponderantemente semelhante *ou* como preponderantemente dessemelhante do que aceitam. E aí estaria uma lei aparentemente tão abrangente para a Sociologia quanto o foi a lei de Newton para o espaço físico da gravitação universal. Pois essa lei sociológica poderia explicar *qualquer* movimento no espaço social.

Essa explicação, por um lado, pretenderia uma alta probabilidade, porque seria determinística, isto é, afirmaria a ocorrência *sempre* de um fenômeno. E, de outra parte, o seu grau de contaminação ideológica seria provavelmente não-significativo. Desde que ela alcançaria, ao mesmo tempo, por referir-se a proposição generalíssima, tanto a aproximação e o afastamento (inclusive o conflito, como processo de afastamento maior) na interação social de um casal, como a aproximação e o afastamento (inclusive o conflito) de classes sociais ou de Estados.

O pensamento sociológico poderia, portanto, ser altissimamente abrangente e capaz de proposição determinística nesse nível da mais alta abrangência científica.

4.5. O problema do tempo social

Acabamos de ver como o pensamento sociológico poderia enfrentar de modo teórico até mesmo determinístico o problema básico do movimento de aproximação e de afastamento no espaço social, que é o espaço da interação social. O problema do tempo social, que é o tempo da interação social, estaria indissociavelmente ligado ao problema do espaço social e seu movimento.

Tomando inicialmente como referência da interação social o tempo físico, temos que os pólos da interação social podem estar todos no presente (interação social presente \rightleftharpoons presente). Ou, então, pólo ou pólos no presente podem se inter-relacionar de modo exteriorizado com o passado cuja mensagem se conserve no presente através de meios físicos ou mentais: mediante livro, gravação, película cinematográfica, memória humana etc. (interação social passado \rightarrow presente). Ou, finalmente, pólo ou pólos no presente podem se inter-relacionar com o futuro, representado na mente desses pólos sob a forma do esperado, a partir de um início de movimento no sentido daquilo que se espera: trata-se da expectativa presente de conduta futura, como em um contrato de compra e venda, em que o vendedor espera o pagamento e o comprador a coisa comprada (interação social presente \rightleftharpoons futuro).

Os sistemas de interação social em geral desfavoráveis à produção de idéias novas se voltam mais para o passado (conservado no presente). Já os sistemas de interação social em geral receptivos à inovação se voltam mais para o futuro (tal como antecipado no presente).

Mas o pensamento sociológico poderia ir mais longe. Poderia pensar especificamente sobre o tempo social (poderia pensar sobre o tempo da interação social considerado em si mesmo). Esse tempo especificamente social se indissociaria então do espaço especificamente social e do movimento específico deste espaço.

Já vimos, no tópico anterior, que quanto maior a idéia de semelhança que o ator de uma conduta humana, mental ou social, tenha, maior seria a agradabilidade sentida por ele. De fato, a cada idéia de semelhança, ou de semelhança preponderante, com o que se aceita, se experimentaria, respectivamente, agradabilidade, ou agradabilidade preponderante, do sentimento.

E quanto maior a idéia de semelhança, maior seria a agradabilidade e menor a distância no espaço da interação mental ou social correspondente.

Poderíamos então obter a seguinte proposição (tese) teórica geral sobre o tempo específico da interação social: Quanto maior a idéia de semelhança no espaço (de interação) mental ou social, mais rápido parecerá ao respectivo sistema interativo o decurso do tempo (mental ou social).

Pois, quanto maior a idéia de semelhança, maior seria a agradabilidade do sentimento. E quanto maior a agradabilidade do sentimento, mais rápido pareceria que o tempo passa.

Note-se que, como à agradabilidade do sentimento corresponderia menor espaço mental (espaço interativo interior) ou menor espaço social (espaço interativo exteriorizado), parece natural que o tempo desses espaços em agradabilidade, ou preponderantemente em agradabilidade, seja também menor.

4.6. O problema da cooperação, da competição e do conflito

Os processos básicos, do ponto de vista da distância social, seriam os de aproximação (que podem vir a ser cooperativos = associativos = grupais) e os de afastamento (= de antagonismo = dissociativos).

Os processos de aproximação e os de afastamento ocorreriam quer em relação à interação social simples — a que se faria sem permanência da relação interativa —, quer em relação à interação grupal. Neste último caso, os processos de aproximação já se tornariam processos cooperativos ou associativos.

De fato, prepondere ou não prepondere a idéia de semelhança (entre pólos interagentes) na interação social simples, esta última não chegaria a ser um processo asso-

ciativo (mínimo na interação fugaz, p. Mas...
dere a i...
facilmen...
pólos. E...
prolongu...
Com...
ração as...
grupais):
processo...
rações s...
semelhan...
tivas), co...
sendo a...
simples,
sociais m...
(= coop...
turalment...
processos...
maneira...
Seria...
preponder...
fugaz pr...
inimigos...
mesmo as...
exemplific...
semelhan...
de breve...
que se si...
em seus r...
Obse...
ragentes p...
quer tama...

ciativo (= cooperativo = grupal). Pois este implicaria um mínimo de permanência no tempo, o que não aconteceria na interação social simples, de caráter acentuadamente fugaz, passageiro.

Mas, note-se, a interação social simples onde prepondera a idéia de semelhança (entre pólos interagentes) pode facilmente transformar-se em processo associativo entre pólos. Bastaria, para isso, que o processo interativo se prolongue no tempo.

Com efeito, a interação social simples *comporia* a interação associativa (= interação cooperativa = interação grupal): sendo n qualquer quantidade indeterminada, um processo social grupal seria um sistema que sintetiza n interações sociais recíprocas simples preponderantemente de semelhança (aproximativas) e de dessemelhança (dissociativas), com predomínio e permanência das primeiras. Ora, sendo a interação grupal composta de interações sociais simples, estas serviriam de base, na qualidade de processos sociais mais elementares, a todos os processos associativos (= cooperativos), sejam estes micro ou macrogrupais. Naturalmente, os processos sociais simples componentes e os processos sociais grupais compostos se influenciariam de maneira recíproca.

Seriam exemplos de interação social simples em que prepondera a dessemelhança entre pólos interagentes: o fugaz processo interativo entre indivíduos radicalmente inimigos, ou aquele entre desconhecidos que competem pelo mesmo assento, em um transporte coletivo. Por outro lado, exemplifica a interação social simples, onde prepondera a semelhança entre pólos interagentes, o processo interativo de breve duração no tempo, entre transeuntes desconhecidos que se simpatizam, se cumprimentam, e logo prosseguem em seus respectivos caminhos.

Observe-se: na interação social simples, os pólos interagentes podem ser não só indivíduos, como grupos de qualquer tamanho. Tomando-se como referência os exemplos

acima, a interação social não deixaria de ser simples, não-associativa, se os respectivos pólos fossem microgrupos ou macrogrupos, em relacionamento acentuadamente passageiro de inimizade, de competição ou de simpatia.

Os processos sociais de afastamento ou de antagonismo (dissociativos) poderiam ser considerados de competição ou de conflito, conforme seja menor ou maior o índice de dessemelhança das idéias dos interagentes (com índice afetivo correspondente de disforia ou mal-estar). Ou seja: quanto maior a dessemelhança das idéias, entre sócio-interagentes, maior o afastamento e a desagradabilidade do sócio-interagente. E quanto maior essa desagradabilidade, mais tenderia o sócio-interagente para o conflito (luta).

Isso seria válido tanto para o sócio-interagente individual, como para o sócio-interagente grupal. Isto é: a cooperação e o conflito poderiam ocorrer tanto entre indivíduos, como entre grupos.

Note-se que, se, de um lado, a competição e o conflito seriam processos de antagonismo (dissociativos) — pois a própria competição, embora com afastamento menor que o do conflito, implicaria rivalidade entre indivíduos ou grupos — o pensamento sociológico não se poderia contudo fechar nisso. Porque, de outro lado, mesmo o conflito poderia servir a processos associativos dentro do grupo. Mas isto, só no sentido de que um conflito poderá prevenir conflito maior. Assim, são palavras clássicas de Georg Simmel sobre o conflito: "...é o remédio contra o dualismo dissociativo, e um caminho para chegar-se a uma espécie qualquer de unidade, mesmo se mediante aniquilamento de uma parte — mais ou menos como as manifestações mais violentas da doença freqüentemente representam os esforços do organismo para livrar-se das perturbações e nocividades".

Repare-se ainda que tudo indica que o conflito externo, entre grupos, tende a aumentar a coesão interna desses grupos. Isso pela união maior em face do inimigo externo comum.

Todavia, parece claro que o antagonismo é um processo em si mesmo de distanciamento. Sobretudo como conflito. Tanto assim que é possível pensar, como tipo ideal, em um grupo onde só houvesse cooperação em relação a seus indivíduos. Mas um grupo em que só houvesse conflito, ou só houvesse competição, entre seus membros, seria logicamente contraditório.

Dessa maneira, as interações sociais simples de competição e de conflito (em que prepondera a idéia de dessemelhança, o sentimento de desagradabilidade e o afastamento entre os pólos interagentes) não seriam em geral favoráveis ao equilíbrio do sistema de interação social. E, na medida em que essas interações sociais simples dissociativas componham processos sociais grupais de qualquer tamanho, nessa medida mesma seriam, em geral, desfavoráveis ao equilíbrio desses processos grupais.

Ao invés disso, as interações sociais simples em que prepondera a idéia de semelhança entre interagentes seriam, já em si mesmas, favoráveis ao equilíbrio do sistema social. Mais ainda: na medida em que essas interações sociais simples de aproximação entre interagentes passem a compor processos sociais grupais de qualquer tamanho, nessa medida mesma seriam favoráveis ao equilíbrio desses processos grupais.

Poder-se-ia então concluir: num processo social grupal, quanto mais interações sociais simples predominantemente baseadas na idéia de semelhança (interações aproximativas) haja em sua composição, mais nesse processo grupal se favorecerá o equilíbrio do seu sistema de interação social. Ao contrário, quanto mais interações sociais simples preponderantemente baseadas na idéia de dessemelhança (interações dissociativas) haja em um grupo social, maior seria, em geral, nele, a desfavorabilidade ao equilíbrio do respectivo sistema social.

Assim, quanto mais altamente estratificados (hierarquizados) internamente sejam os grupos sociais (implicando

essa alta estratificação um índice elevado de dessemelhança objetiva e subjetiva entre seus membros interagentes), menor seria a favorabilidade ao respectivo equilíbrio.

Nota-se em suma, com clareza, que pensar sociologicamente não é de modo necessário algo apenas confinado à mera descrição de fatos. Mas se pode alçar, tentativamente, é claro, às vizinhanças da Filosofia Social, na rota da busca de explicações teóricas abrangentes. Não poderá, é verdade, ingressar, como saber científico, na velha ideologia da igualdade social. Porém pode, para usarmos de uma expressão de Edward Shils, "domesticar" essa ideologia, tornando-a então comprovável. Pois se não há realmente igualdade, na natureza humana e não-humana conhecida, ao que tudo indica há a realidade de semelhanças e dessemelhanças. Em função dessa realidade, pode o pensamento sociológico tentar explicações altamente abrangentes — a exemplo das pensadas neste capítulo.

Daí a importância de nosso próximo assunto, que se refere ao problema da mudança social e da estabilidade e ao próprio problema da sociedade justa, este último nas fronteiras sociológicas mais próximas daquelas da Filosofia Social.

4.7. O problema da mudança social e da estabilidade.

O problema da sociedade justa: um problema sociológico?

O fato social não se identificaria com mentes individuais. Nem seria uma simples soma dessas mentes. Mas dificilmente se poderá negar que ele resulte de pólos mentais em interação.

Desse modo, já que as mentes individuais variam continuamente (o pensamento humano não pára de mover-se), toda interação social implicaria mutação ou mudança social. E esta poderia ser mais ou menos acentuada.

Assim, o fato social seria sempre dinâmico. Isto é, constituiria sempre um fato de mudança social, esta última entendida *lato sensu* (em acepção ampla). Por isso mesmo, todo fato social seria um *processo social*.

Mas tudo indica que o fato social pode ser também — e o terá sido historicamente — um fato de mudança social em sentido restrito: quer dizer, um fato de alteração básica ou profunda das sociedades.

O fator *qualitativo* fundamental da mudança social, tudo indica que é a inovação, entendida como a geração de novas idéias. Todavia, como acontece muito raramente a produção de idéias realmente novas (ou seja, realmente diferentes, em algum ponto, por pequeno que seja, do social anterior a elas), a mudança social tem ocorrido muito mais freqüentemente pela simples difusão cultural entre sociedades e grupos menores.

Tal difusão é facilitada, hoje em dia, pela atuação cada vez mais intensa e extensa dos meios de comunicação de massa (rádio, televisão, imprensa escrita etc.).

As sociedades tradicionais, de base econômica sobretudo agrária, têm-se mostrado mais resistentes à mudança social, quer por inovação, quer por difusão cultural, do que as sociedades urbano-industriais modernas.

A sociedade humana em geral se caracterizaria, em nossa época, de maneira acentuada, pela mudança. Contudo, a pobreza teórica do tópico “mudança social” permanece. É preciso não esquecer que mesmo cientistas resistem à mudança.

A sociedade moderna, comparada com a primitiva e a não-industrial, seria aquela que reage mais favoravelmente à mudança social. Porém não poderíamos afirmar que a sociedade moderna seja em geral receptiva à inovação em sentido estrito (ou seja, à produção de idéias realmente novas). Tudo indica que ela não o é. Apenas certos subsistemas da sociedade moderna seriam, em geral, receptivos à inovação. Talvez nem mesmo o subsistema científico da

sociedade moderna seja, em geral, favorável à inovação. Apenas o seriam determinados subsistemas desse subsistema científico (sistemas de interação social entre cientistas de mente mais aberta).

A sociedade moderna não parece, pois, modernizante nessa marca básica da receptividade geral à inovação. E essa receptividade parece representar a forma mais forte de mudança social, pois mudar em função do que já não é realmente novo (mas apenas novo em sua difusão) é mudar menos do que mudar em função do realmente novo.

Por outro lado, pensar sociologicamente sobre a mudança social continua sendo um grande desafio teórico.

Ora, teoricamente já vimos que os indivíduos ou grupos em interação social se aproximariam *ou* se afastariam do que avaliam como semelhante *ou* dessemelhante dos padrões que aceitam. Isso quer dizer que para existir mudança social em sentido restrito seria necessário que esses indivíduos, e/ou grupos, sejam socializados em um sentido favorável à mudança social. Ou seja, que a mudança social passe a ser *um dos padrões que aceitam*.

Para isso, seria preciso que a mudança social em geral venha a ser tida como algo positivo ou, no mínimo, em boa parte positivo. De outro modo, haveria, em geral, resistência à mudança.

O social seria um fenômeno necessariamente dinâmico e os homens nunca se assemelhariam ou desassemelhariam de modo absoluto, de tal modo que a cooperação se pode tornar competição e, mesmo, conflito, e, inversamente, a competição e o conflito podem vir a ser cooperação. Dessa maneira, o equilíbrio de todo e qualquer grupo social seria sempre móvel e relativo.

Mas quando existiria equilíbrio em um sistema de interação social e quando esse equilíbrio seria associativo (grupal)?

A esse respeito poderíamos pensar, por exemplo, em três proposições teóricas ligadas aos postulados mencionados

na seção 4.4: 1) se prepondera a idéia de semelhança sobre a de dessemelhança entre pólos sócio-interagentes, o respectivo sistema de interação social está em equilíbrio ("contrabalançado", "compensado"); 2) se há equilíbrio permanente do sistema de interação social, o processo social (resultante) é associativo (= grupal = cooperativo); e 3) quanto maior a semelhança (preponderante) entre pólos sócio-interagentes (tal como definida por um ou mais deles), maior o equilíbrio do sistema de interação social correspondente.

Qualquer das sociedades modernas existentes estaria (enquanto permaneça existindo como grupo social) necessariamente em equilíbrio com permanência no tempo. Esse equilíbrio, como o de qualquer grupo social, seria móvel e relativo (ou seja, tratar-se-ia apenas de uma preponderância de equilíbrio sobre o desequilíbrio).

Mais ainda, porém: em se tratando de qualquer sociedade moderna, o equilíbrio seria apenas instável.

Pois nenhuma das sociedades modernas terá realizado a mudança social profunda, que seria o tipo ideal, no sentido da favorabilidade ao equilíbrio estável: aquele em que houvesse um máximo de semelhança objetiva e subjetiva entre todos os interagentes, e em que fossem, todos eles, socializados na idéia de semelhança essencial entre todos os homens. Assim, o sistema macrogrupal apresentaria o máximo de estabilidade e de abertura à mudança em seu equilíbrio.

Ao contrário, porém, as sociedades modernas mais poderosas e ideologicamente conflitantes — a capitalista, a fascista e a socialista-estatista — seriam desvios acentuados desse tipo ideal de mudança social. Não conseguiriam, portanto, senão um equilíbrio social instável.

Consideremos isso um pouco mais detidamente.

Quanto ao sistema social capitalista democrático atual, observar-se-ia: se esse sistema ideológico diminui a dessemelhança, objetiva e subjetiva, entre seus pólos interagentes,

no plano político (democracia política), tem aumentada, contudo, a dessemelhança objetiva e subjetiva, interna e internacionalmente (quanto aos sistemas sociais de nações economicamente dependentes), no plano econômico. Ocorreria no sistema uma contradição não resolvida entre uma estratificação (hierarquização) política democraticamente atenuada e propícia ao equilíbrio sistêmico e uma estratificação (hierarquização) econômica que se aguça e é desfavorável ao equilíbrio sistêmico.

Já o sistema social fascista se caracterizaria por acentuada estratificação política (totalitarismo estatal burocratizado) e econômica (capitalismo). Essa união de capitalismo e totalitarismo significaria uma fonte dupla de dessemelhança, objetiva e subjetiva, entre os membros do sistema, e entre o sistema e sistemas porventura dependentes. Ter-se-ia, pois, o máximo de instabilidade no equilíbrio do sistema.

Regimes autoritários, comuns no "Terceiro Mundo" subdesenvolvido, conteriam traços tanto do sistema capitalista, como do fascista. Em relação ao fascismo, como admitem um grau muito reduzido de pluralismo, neles diminuiria a desfavorabilidade ao equilíbrio sistêmico. Essa desfavorabilidade seria porém mais elevada que no sistema capitalista democrático.

O sistema social socialista estatista procura suprimir as empresas capitalistas e estabelece a ditadura do Partido Comunista.

Esse sistema seria uma antítese do sistema capitalista atual: ao contrário do que acontece no sistema capitalista, a estratificação econômica é suavizada e nisso o sistema socialista estatista seria propício ao equilíbrio sistêmico; enquanto que, por outro lado, ao contrário do que ocorre no sistema capitalista democrático, se acentua a estratificação política, e nisso se instabilizaria o sistema socialista estatista, e ele seria desfavorável ao equilíbrio sistêmico. Assim como acontece no sistema capitalista, no sistema socialista estatista ocorreria uma contradição não resolvida entre estrati-

ficção política e estratificação econômica, uma delas suavizada e a outra aguçada.

Uma síntese dessa contradição se encontraria no tipo ideal que se poderia chamar de sistema de socialização econômico-social não-estatista. Esse sistema dirigir-se-ia ao futuro e só parcialmente tem realidade social atual.

Entende-se aqui por socialização econômico-social a extensão de vantagens particulares a toda a sociedade. O Estado e a economia seriam descentralizados e se controlariam reciprocamente, a ideologia democrática teria uma realização tanto quanto possível integral, inclusive com o completamento econômico de uma propriedade realmente popular (inclusive dos consumidores), dos meios produtivos mais importantes.

Nota-se, pois, que o sistema de socialização econômico-social não-estatista representaria uma antítese praticamente perfeita do sistema fascista: neste se acentua tanto a estratificação política, como a econômica, numa fonte básica dupla de dessemelhança, objetiva e subjetiva, desfavorável ao equilíbrio sistêmico; enquanto no sistema de socialização econômico-social não-estatista diminui, acentuadamente, tanto a estratificação política, como a econômica, numa fonte fundamental dupla de semelhança, objetiva e subjetiva, favorável ao equilíbrio sistêmico. Ter-se-ia, portanto, aqui, em comparação com os outros três sistemas mencionados, um máximo de estabilidade no equilíbrio do sistema.

Todavia, o sistema de socialização econômico-social não-estatista é um tipo ideal: é mais expectativa de futuro que realidade presente. De outra parte, os demais sistemas sociais ideológicos referidos são historicamente reais e são desvios acentuados, no mínimo em um aspecto fundamental, desse tipo ideal teórico de favorabilidade ao equilíbrio sistêmico.

Assim é que nenhum dos macrossistemas, de maior abrangência, do mundo civilizado de hoje, apresentaria um equilíbrio estável.

Portanto, tudo indica que nenhuma sociedade moderna atingiu a mudança social profunda que significasse, além do mero crescimento econômico, também o desenvolvimento social que lhe assegurasse um equilíbrio estável, naturalmente aberto à mudança, possibilitando, a partir daí, um processo de crescimento integral, maduro e contínuo.

Desse modo, não haveria sociedade moderna propriamente "desenvolvida". Pois todas seriam subdesenvolvidas socialmente, ou, se se prefere, estariam todas em desenvolvimento social — apesar do engrandecimento econômico de algumas.

Mas com isso o pensamento sociológico se acerca das vizinhanças da Filosofia, na qual se situa, tradicionalmente, o problema da sociedade justa. Mais ainda: o pensamento sociológico começaria a penetrar nesse problema da sociedade justa, começando assim a retirar-lhe uma exclusividade filosófica de tratamento.

O que dificulta tal problemática é que há um grande número de idéias diferentes e, não raro, opostas de justiça (idéias daquilo que deve ser). Talvez, por isso mesmo, o caminho mais fácil e objetivo para chegar-se ao básico da questão seja aquele do sentimento humano (comunicado ou comunicável em processo sócio-interativo).

Difícilmente se poderá chamar de sociedade justa aquela em que *todos* seus componentes não se *sintam* relativamente bem em face a essa sociedade. Desse modo, nenhuma sociedade civilizada seria realmente justa, nem mesmo aquelas que pretendam representar interesses políticos ou econômicos de uma maioria (pois em todas essas sociedades há um grande número de pessoas sentindo-se mal em relação a elas). Isso parece perfeitamente harmônico com a conclusão anterior de que não haveria sociedade moderna desenvolvida socialmente.

No tópico 4.4 foi visto que a cada idéia de semelhança com o que se aceita corresponderia um sentimento de agradabilidade; e a cada idéia de semelhança preponderante com

o que se aceita, um sentimento preponderantemente de agradabilidade. Dessa maneira, o tipo ideal de sociedade mais agradável para *todos* os seus componentes seria aquele em que houvesse um máximo de semelhança objetiva e subjetiva entre todos os interagentes, e em que fossem, todos eles, socializados na idéia de semelhança essencial entre todos os homens.

Esse constituiria o tipo ideal de sociedade justa, pois, em termos simples e objetivos, justiça não seria senão sentimento de agradabilidade (ou preponderante agradabilidade) em função do que se pensa que deve ser.

Note-se que o tipo ideal de sociedade justa coincidiria perfeitamente com o tipo ideal antes descrito de sociedade com o máximo de estabilidade e de abertura à mudança.

Em virtude desse máximo de estabilidade e de abertura à mudança, esse tipo ideal de sociedade estável, aberta, e justa, controlaria mais prontamente qualquer ocorrência perturbadora da semelhança integrativa do respectivo sistema social; nela seria necessária menos energia para o exercício do controle social; e, no seu sistema social, se experimentaria mais uma relativa e saudável suavidade afetiva e, conseqüentemente, menos condições patológicas no indivíduo e no sistema interativo-social.

Não há obviamente como confundir semelhança com identidade (igualdade): a última não existe propriamente na natureza conhecida, de modo científico, pelo homem. Assim é que a divisão de trabalho, modalidade fundamental da cooperação, se baseia na desidentidade dos que dividem o trabalho, embora implique uma idéia fundamental de semelhança entre eles.

Acabamos de percorrer alguns problemas sociológicos básicos usando três caminhos do pensamento que seriam fundamentais: o caminho da indução-dedução causal-explcativa, o caminho funcional e o caminho dialético. Procuremos agora deixar claros esses caminhos.

5. Métodos (caminhos) básicos do pensamento sociológico

5.1. O caminho mais geral e principal, o da criação sociológica

Método quer dizer caminho. Pois bem: não haveria um só caminho para o resultado “pensar sociologicamente”, mas, caminhos, no plural.

Pensar sociologicamente é uma maneira de pensar cientificamente. Para pensar cientificamente seria preciso não só repetir, como apresentar conhecimento de algum modo novo. Pois um processo meramente repetitivo nada acrescentaria de substancial ao que já se sabe.

Nem mesmo a crítica é necessariamente criativa. Um autor pode ser criticado por alguém somente em função de outro autor, digamos Weber criticado em função de Marx, e aí há crítica, mas não há criação. Se não há criação sem crítica (porque não há atividade criativa sem insatisfação com o *status quo* do conhecimento), contudo a recíproca não é verdadeira.

O pensamento sociológico, na sua acepção mais essencial, seria então a contestação criativa do pensamento socio-

lógico anterior — por menor que seja a margem de criação real. Qual o caminho para isso? Ou seja: qual o método mais geral para o pensamento sociológico criativo?

Esse caminho mais geral e principal seria simplesmente *observar* a realidade (no caso, a realidade social) da maneira mais despreconcebida possível e *imaginar* uma explicação para o que se observa. Essa observação inicial não precisaria ser rigorosamente controlada (o controle pode ocorrer depois). Inicialmente o importante seria a imaginação despreconcebidamente criadora.

Mas, se esse primeiro momento do procedimento científico deveria ser o mais possível despreconcebido, dever-se-ia logicamente evitar o mais possível as pré-noções de leituras. Os passos no caminho mais geral e principal para a criação científica sociológica seriam, na devida ordem: observar o real, imaginar uma explicação para o observado, depois (e só depois) ler.

Não ler inicialmente — esta a lição, que parece oportuna, de um antigo contemporâneo de estudos, Mozart Siqueira — pode parecer estranho, pois somos ensinados amplamente a fazer o oposto: ler primeiro, teorizar ou pesquisar depois. Porém, se o nosso objetivo básico é criação (e não simplesmente *saber*), não haveria lógica em de logo acrescentar, por via bibliográfica, pré-noções às que já temos em grande número. Se intoxicarmos previamente nossa mente de idéias alheias *sobre um determinado assunto*, dificilmente ela terá (por forte influência de um alheio autoritativo) autonomia criativa.

Considera-se hoje experimentalmente comprovado que tão-só por tomar conhecimento prévio da opinião de uma ou algumas pessoas, tende o sujeito a conformar-se ao julgamento alheio.

Ler, sim, e estrategicamente. Mas leríamos depois de termos, de modo provisório, tentado uma explicação que acreditamos própria. Essa importante leitura *posterior* é que

nos iria informar se houve mesmo efetiva criação pessoal e sobre a valia do que eventualmente criamos.

O caminho da criação sociológica é como se fora uma via mais geral e principal à qual deveriam afluir todos os outros caminhos do pensamento em Sociologia.

5.2. Os caminhos indutivo e dedutivo do pensamento sociológico. A indução-dedução na explicação teórica

Quando se observa o real particular para imaginar uma explicação para ele, se induz, isto é, se vai *do particular para o geral*. É o método (ou caminho) indutivo. Seria um subcaminho do caminho sociológico mais geral e criativo.

E quando, uma vez obtida a explicação geral, se vai dela em direção a fatos particulares para explicá-los, se deduz, ou seja, se vai *do geral ao particular*. É o método (ou caminho) dedutivo. Seria outro subcaminho do caminho sociológico mais geral e criativo.

Caminho básico de todas as ciências seria o indutivo, pois a partir de dados particulares é que podem ser elaboradas leis gerais (que são conhecimento novo e cujo conjunto forma uma teoria científica). Mas a explicação teórica consiste em *deduzir* das proposições mais gerais explicativas, obtidas por indução. Assim, a dedução seria também caminho importantíssimo do pensamento científico.

A hipótese científica é a suposição (conjetura) que se submete à pesquisa dos fatos. As hipóteses podem ser gerais (hipóteses de leis científicas) ou particulares, referidas a fenômenos limitados. Como quer que seja, devem dizer respeito à realidade e possuir conteúdo informativo.

Fundamentalmente, a metodologia científica (seja qual for a ciência empírica de que se trate) se reduziria a observar informalmente a realidade, com o mínimo possível de preconceitos, a imaginar uma explicação para ela (formula-

ção hipotética) e a comprovar pela experimentação ou, no mínimo, pela observação controlada, se a explicação corresponde à realidade.

Quanto à indução-dedução na explicação teórica, deve-se na Sociologia a George Caspar Homans a difusão de uma maneira rigorosa de apresentar o pensamento. Homans será importante não tanto pela originalidade de sua construção, mas pela forma cientificamente rigorosa com que é ela apresentada.

Que forma seria essa? Muito simples: um número reduzido de proposições (teses) fundamentais são generalizadas a partir da consideração dos fatos concretos particulares, ou seja, "construídas do empírico para o mais geral" (construídas por indução, pois). Dessas proposições mais gerais se deduzem (ou são dedutíveis) outras proposições menos gerais (que são, portanto, *explicadas* pelas mais gerais): "Assim, as leis de Newton, que explicam as marés, também explicam as órbitas dos planetas."

Um sistema de conceitos, embora indispensável a qualquer ciência, não seria suficiente, pois não tem, em si mesmo, poder explicativo: "Não há qualquer explicação sem proposições!"

Dessa maneira, haveria esperança de ultrapassar-se o atual momento, em que nenhuma teoria sociológica goza de aceitação geral. Desde que, naturalmente, a forma rigorosa da construção teórica tivesse um conteúdo de pensamento criativo.

De fato, não há, ou não há ainda, em Sociologia, paradigmas ou modelos em sentido teórico rigoroso (rigorosamente apresentados e rigorosamente comprovados ou comprováveis), a exemplo das construções de Newton e Einstein na Física, em relação às quais há um fortíssimo consenso (ainda que provisório). Em ciência social, ao contrário, Karl Marx é um paradigma para os sociólogos marxistas, e Max Weber, Georg Simmel, Émile Durkheim e Talcott Parsons são paradigmas para os sociólogos seus dis-

cíbulos. Mas não há um consenso geral, no pensamento sociológico, quanto à valia científica desses autores. Há consenso apenas em se lhes reconhecer alguma valia: são antes modas sociológicas atuais fortes que, rigorosamente, paradigmas. São paradigmas somente em sentido amplo, não em sentido estrito, rigoroso.

Mas já existiria suficiente consenso em Sociologia sobre o valor positivo de afirmações gerais em forma de lei científica, comprovada ou comprovável por técnicas de pesquisa. A própria corrente dialético-crítica atual, baseada em Marx, não lhes negaria propriamente valor: apenas as acharia insuficientes, completando-as então por uma reflexão histórico-crítica dos resultados da construção científica.

Uma modalidade de explicação científica causal está no chamado modelo de Hempel-Oppenheim, que pode ser apresentado em Sociologia. Esse modelo toma descrições de fatos e as deduz logicamente de afirmações em forma de lei e de afirmações em forma de condição antecedente. Essa dedução lógica seria a explicação dos fatos sociais.

Exemplifiquemos:

Afirmção descritiva

O grupo A tem maior coesão do que o grupo B (afirmação a explicar, isto é, pergunta-se: por que ocorre isso?).

Afirmção em forma de lei

Quanto maior a semelhança entre os membros do grupo (tal como avaliada por eles), tanto maior é a coesão.

Afirmção em forma de condição antecedente

O grupo A tem maior semelhança entre seus membros (tal como avaliada por eles) do que o grupo B.

Nesse exemplo, a idéia de semelhança *causa* a coesão.

A explicação causal, não obstante tudo parecer indicar que é rigorosa e básica, não esgotaria porém as possibilidades fundamentais da explicação sociológica, que poderia ser também dialética por um lado, e funcional por outro.

5.3. O caminho dialético do pensamento sociológico

O caminho dialético do pensamento humano, em suas várias acepções, tem cerca de dois mil anos de existência, desde a filosofia grega até Georg Wilhelm Friedrich Hegel e Karl Marx. Estes últimos seriam os autores que basicamente apontam esse caminho ao pensamento sociológico atual.

Consoante o filósofo Hegel (cujo idealismo tende a identificar realidade e razão), ser e razão se definem pelo processo racional da união contínua de contrários (tese e antítese) numa categoria superior, a síntese. Eis aí o método dialético hegeliano, que influenciou Marx, influenciado depois pelo materialismo de Ludwig Feuerbach, este último também seguidor de Hegel, mas em versão anti-religiosa.

Marx iria se ocupar de modo básico com as contradições sociais ligadas ao fenômeno social do capitalismo, sendo que, para ele, a contradição típica a impulsionar a História seria aquela entre as forças produtivas e as relações de produção. As contradições no processo de produção econômica capitalista (em que se relacionam as classes dos proprietários e dos não-proprietários dos meios de produção) teriam como consequência a aguda polarização (concentração) dos antagonismos de classe, com o desaparecimento gradual das classes médias. A dominação econômica, baseada na propriedade, sempre se uniria à dominação política, e o Estado estaria realmente a serviço da classe dominante.

O caminho dialético do pensamento sociológico poderia ser considerado também como um subcaminho do cami-

nho sociológico mais geral e criativo a que nos referimos. Independentemente de qualquer necessária adesão de conteúdo ao hegelianismo ou ao marxismo, parece também importante pensar-se sobre a realidade social de maneira dialética, isto é, considerando-se as contradições existentes no real e suas tendências de síntese.

Seria apenas evitável sociologicamente qualquer misticismismo "dialético", como, por exemplo, o de buscar-se a explicação sociológica sempre no conflito. Esse exagero seria tão de evitar quanto o exagero oposto, de procurar-se a explicação sociológica sempre no consenso. Pois, tanto consenso como conflito teriam existência real no social.

A explicação social dialética se justificaria pelo fato de que um homem não sendo nunca totalmente semelhante ou totalmente dessemelhante de outro, por maior que seja a aproximação social inter-humana, há sempre a potencialidade de competição e de conflito; e vice-versa, por maior que seja o conflito, há sempre a possibilidade de aproximação social (possível, pois, socialmente, a união dos contrários numa síntese).

O caminho dialético teria, por exemplo, clara aplicação no pensamento sociológico referido aos macrossistemas ideológicos da sociedade moderna. Assim, o sistema econômico capitalista acompanhado de democracia política encontraria o seu contrário no sistema econômico socialista acompanhado de ditadura política. Como a história da humanidade parece evidenciar, em seus largos traços — apesar de grandes dessemelhanças ora existentes — uma diminuição, até o momento, progressiva, de dessemelhanças entre indivíduos e grupos sociais, pode-se ter como possível a união futura desses contrários numa síntese (síntese afirmativa de maiores semelhanças objetivas e subjetivas entre os homens). Essa síntese, por ora mais um tipo ideal teórico que realidade social, combinaria democracia política (mais real que formal) e sistema de socialização econômico-social não-estatista.

Note-se que a abordagem dialética parece perfeitamente compatível com a perspectiva da indução-dedução explicativa: no exemplo acima, induz-se de dados históricos particulares o princípio da diminuição relativa das dessemelhanças, após o quê, deduz-se a possível síntese da tese e da antítese (representadas, no caso, respectivamente pelo capitalismo democrático e pelo socialismo ditatorial).

5.4. O caminho funcional do pensamento sociológico

O método ou caminho funcional (que seria outro sub-caminho básico do caminho sociológico mais geral e criativo) é influenciado classicamente por Émile Durkheim e busca uma explicação teleológica (relativa a fins).

O funcionalismo em Sociologia é influído por estudos funcionais biológicos: isso se nota claramente em autores funcionalistas atuais como Talcott Parsons (aliás de formação biológica) e Niklas Luhmann.

Tudo indica que é importante a indagação sobre funções de fenômenos sociais, quaisquer que sejam esses fenômenos. O conflito social, por exemplo, tem sido esclarecido à luz do estudo de suas funções sociais.

Uma perspectiva meramente causal poderia limitar-se a apontar o conflito como um fenômeno *em si mesmo sempre dissociativo* — como efeito da idéia de acentuada dessemelhança entre padrões aceitos por pessoas ou grupos conflitantes. Já vimos, no tópico 4.5, que seria possível imaginar, como tipo ideal, um grupo cujos indivíduos só cooperassem entre si. Mas um grupo em que só houvesse competição ou conflito entre seus componentes individuais seria logicamente contraditório.

Contudo, uma perspectiva funcional quanto ao conflito evidenciaria, possivelmente com mais facilidade, que este serve para associar intragrupalmente (dentro do grupo), se bem que apenas no sentido de que um conflito poderá pre-

Note-se que a abordagem dialética parece perfeitamente compatível com a perspectiva da indução-dedução explicativa: no exemplo acima, induz-se de dados históricos particulares o princípio da diminuição relativa das dessemelhanças, após o quê, deduz-se a possível síntese da tese e da antítese (representadas, no caso, respectivamente pelo capitalismo democrático e pelo socialismo ditatorial).

5.4. O caminho funcional do pensamento sociológico

O método ou caminho funcional (que seria outro sub-caminho básico do caminho sociológico mais geral e criativo) é influenciado classicamente por Émile Durkheim e busca uma explicação teleológica (relativa a fins).

O funcionalismo em Sociologia é influído por estudos funcionais biológicos: isso se nota claramente em autores funcionalistas atuais como Talcott Parsons (aliás de formação biológica) e Niklas Luhmann.

Tudo indica que é importante a indagação sobre funções de fenômenos sociais, quaisquer que sejam esses fenômenos. O conflito social, por exemplo, tem sido esclarecido à luz do estudo de suas funções sociais.

Uma perspectiva meramente causal poderia limitar-se a apontar o conflito como um fenômeno *em si mesmo sempre dissociativo* — como efeito da idéia de acentuada dessemelhança entre padrões aceitos por pessoas ou grupos conflitantes. Já vimos, no tópico 4.5, que seria possível imaginar, como tipo ideal, um grupo cujos indivíduos só cooperassem entre si. Mas um grupo em que só houvesse competição ou conflito entre seus componentes individuais seria logicamente contraditório.

Contudo, uma perspectiva funcional quanto ao conflito evidenciaria, possivelmente com mais facilidade, que este serve para associar intragrupalmente (dentro do grupo), se bem que apenas no sentido de que um conflito poderá pre-

venir conflito maior (é o caso do conflito da polícia com criminosos comuns prevenindo uma difusão maior da violência criminosa). Ou ainda, o conflito serviria para aumentar a coesão interna de um grupo em conflito externo com outro ou outros grupos (união maior em face ao inimigo externo comum).

Repare-se que a abordagem funcional parece bem compatível com a perspectiva causal. De fato, dizer que o conflito serviria para associar quando previna conflito maior pode ser traduzido em linguagem causal: o conflito causaria associação quando previna conflito maior.

Note-se ainda que a abordagem funcional seria perfeitamente compatível com a perspectiva da indução-dedução explicativa: no exemplo acima, induz-se, de casos particulares de conflito, o princípio de que um conflito serve para associar se previne um conflito maior. Ganho por indução esse princípio, dele se deduz a explicação funcional de casos de conflito previstos no princípio.

A abordagem indutiva-dedutiva de natureza causal-explicativa, a abordagem dialética e a abordagem funcional têm isso de comum: todas induzem proposições gerais, das quais passam a deduzir explicativamente.

Em suma, pois: parece que os subcaminhos causal, dialético e funcional não são mais que *perspectivas*, diferentes, mas referíveis a uma *mesma* realidade e, por isso mesmo, reciprocamente complementares. Não seriam então mais que perspectivas ou vias do caminho fundamental representado pelo pensamento sociológico criativo.

A explicação sociológica não seria, portanto, igual ou à explicação causal, ou à explicação dialética, ou à explicação funcional. Antes, essas modalidades básicas de explicação não se excluíam e seriam complementáveis.

5.5. Pensar teoricamente antes ou depois dos dados de pesquisa? A linguagem do pensamento sociológico

Para a adequação do pensamento sociológico, não parece ter maior significado que se construa teoricamente antes (*ex ante*) ou depois (*ex post*) de dados obtidos mediante técnicas de pesquisa. Poderia a teorização ser adequada, quer seja construída antes ou depois da pesquisa controlada dos fatos sociais concretos.

Naturalmente, a própria construção teórica *ex ante*, sendo sociológica e, assim, científica, pressuporá algum grau de observação prévia informal da realidade. Essa construção será apenas anterior a uma comprovação fática por técnicas formais de pesquisa (observação, questionário, entrevista, experimento etc.).

Muitos sociólogos preferem, por razões de rigor e elegância teórica, a construção *ex ante*. De fato, essa construção possibilitaria, como lembra Hans Zetterberg, que se teste a construção teórica inteira através da escolha prévia de poucas teses a serem comprovadas — teses essas de tal modo estratégicas que o resto da construção possa ser deduzido delas. Isso traria inclusive a vantagem de uma comprovação muito eficaz e pouco dispendiosa.

Para o grau da comprovação, contudo, segundo o mesmo Zetterberg, não faria qualquer diferença que a construção teórica anteceda, ou não, aos dados de pesquisa.

Já quanto ao grau de criatividade da construção teórica, parece que a construção *ex ante* propiciaria condições mais favoráveis, pois nesse tipo de construção estariam menos envolvidos condicionamentos prévios do pensamento criador, capazes de inibir ou diminuir a criatividade.

No que diz respeito à linguagem em que se apresente o pensamento sociológico criativo, essa linguagem seria básica e insubstituívelmente a linguagem ordinária. Reconhece-se amplamente, na verdade, que os significados sutis

dessa linguagem não podem ser captados totalmente por uma simbolização das proposições.

Naturalmente, procurar-se-ia usar a linguagem comum da maneira mais precisa possível, para efeitos de rigor científico. Inclusive para efeitos de não prejudicar uma eventual posterior simbolização e tratamento lógicos das proposições por quem se interesse em fazê-los.

A linguagem simbólica matemática, esta seria, em certo sentido, mais elegante e precisa que a ordinária, e poderia ser parcialmente usada. Mas um uso mais intenso da linguagem matemática teria como pressuposto um desenvolvimento teórico da Sociologia, no sentido de uma precisão maior de conteúdo que pudesse justificar uma sofisticação matemática. De tal modo a evitar-se um tratamento meramente formal, sem acréscimo substantivo efetivo. Estamos naturalmente nos referindo a uma aplicação da Matemática em Sociologia para além do uso matemático comum em Estatística e escalas.

Em princípio, as linguagens ordinária e matemática se iluminariam mutuamente, e a opção que se faça por uma delas não deveria excluir a possibilidade de emprego da outra.

6. Conclusão

Pensar sociologicamente não será algo que se esgote em um mero levantamento descritivo de dados. Se o fosse, então a atividade sociológica seria apenas atividade técnica. Seria somente atividade de aplicação de conhecimento, e não de crítica ao conhecimento estabelecido e tentativa de criação de conhecimento novo.

Seria então algo com alguma vez no mercado de trabalho, interessado em levantamento de dados. Por exemplo, dados sobre tendências a comprar determinados produtos ou a votar em certos candidatos. Mas não seria algo significativo para o mundo da ciência propriamente dita, que não se confunde com o mundo profissionalmente remunerado — às vezes bem remunerado — da aplicação da ciência.

O fundamental do pensar sociologicamente estaria na reflexão crítica e, sobretudo, criativa. Não estaria necessariamente no pensar “grande”, não necessariamente na grande teoria, mas se situaria essencialmente no pensar “novo”, uma forma qualquer de novo. Uma forma qualquer de novo que se distinguisse, no mínimo que fosse, do mundo social que lhe é anterior e lhe é fortemente condicionante.

A marca fundamental do especificamente humano estaria na formação de novas idéias abstratas (inovação). O indivíduo animal seria essencialmente repetitivo. O indivíduo humano poderia criar ou inovar. Quanto mais idéias inovadoras, maior seria a aproximação do tipo ideal do especificamente humano e maior a distância do inespecificamente animal.

Contudo, a geração de idéias novas seria sempre muito relativa, porque repousaria no social anterior. Inovar-se-ia realmente sempre muito pouco e só excepcionalmente. E muito poucos inovariam e só em raros momentos de suas vidas.

Não se trata de negar a importância dos levantamentos descritivos de dados — o que dificilmente se poderá fazer. Mas tão apenas de lembrar que esses dados sozinhos não constituiriam, rigorosamente, ciência — à qual apenas se incorporariam se tratados em clima crítico e criativo.

Teoria sem referência a dados concretos do real não se considera teoria científica. Dados reais, sem explicação teórica empiricamente comprovada ou comprovável, não são ciência rigorosa. E ciência sem criação, sem algo de novo a acrescentar, é repetição de ciência, ato de conhecer o conhecido, e não de produzir conhecimento.

O básico da efetiva produção de conhecimento sociológico seria, insista-se, pensar “novo”, ou seja, pensar criativamente. Se isso não significa necessariamente pensar “grande”, não se excluiria porém o pensar “grande” e “novo”.

Não haveria porque fazer *a priori* essa exclusão. Não será demasiado aspirar a que o pensamento sociológico chegue até as vizinhanças da Filosofia — sem obviamente se confundir com ela. Pois o pensamento filosófico é mais ricamente abrangente que o pensamento científico, mas não é comprovado ou comprovável pela observação empírica controlada.

Não se excluiria *a priori*, pois, nem mesmo a ambição por uma teoria social de maior abrangência possível, abran-

gência essa imediatamente anterior à da Filosofia. Por que se haveria de pôr aprioristicamente em cadeias de um ceticismo que parece exagerado as possibilidades de expansão do pensamento científico humano sobre o social? Pois que, se não há ciência empírica senão do fato concreto, toda ciência implica, ninguém o nega, abstração. E o único limite prévio tolerável para a abstração científica seria somente o da sua comprobabilidade.

Desse modo, a Sociologia, quer Geral, quer Aplicada, *generalizaria* a partir de fenômenos sociais concretos, sejam considerados importantes ou triviais. A Sociologia Geral é mais generalizante que a Aplicada. Mas ambas seriam generalizantes, como basicamente indutivas, quer dizer, iriam do particular concreto ao geral abstrato.

Todavia, ainda hoje a educação sociológica se faz frequentemente no sentido pragmático de que sejam evitados projetos "ambiciosos" de indagação. Isso significa recomendar que, de imediato, o sociólogo pense "pequeno" ou, no máximo, pense "médio" (isto é, que pense sobre o social com pequeno ou médio alcance).

O relevante, contudo, do ponto de vista sociológico, não seria que se pense "pequeno", "médio" ou "grande". O significativo parece ser, antes, que o pensamento sociológico, quer de pequeno, de médio ou de grande alcance, se mostre comprovável. Comprovável por técnicas de pesquisa científica.

Tentar pensar de modo "grande", novo e comprovável parece ser um dos chamamentos inadiáveis da vocação sociológica. É o chamamento da construção de uma teoria mais geral, cientificamente comprovável, do fato social. Aí estariam nada menos que as matrizes, de maior alcance, da explicação sociológica.

Leituras sugeridas

- BOTTOMORE, Tom e NISBET, Robert (orgs.). *História da Análise Sociológica*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- DURKHEIM, Émile. *Sociologia e Filosofia*. Tradução de J. M. de Toledo Camargo. Rio de Janeiro — São Paulo: Companhia Editora Forense, 1970.
- . *A Divisão do Trabalho Social*. Tradução de Maria Inês Mansinho e Eduardo Freitas. Lisboa: Editorial Presença Ltda., 1977, vols. 1 e 2.
- GURVITCH, Georges. "Breve Esboço da História da Sociologia" e "Problemas da Sociologia Geral". Tradução, respectivamente, de Rui Cabeçadas e de Alberto Ferreira. In: *Tratado de Sociologia*. Publicado sob a direção de Georges Gurvitch. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1977, vol. 1.
- HOMANS, George Caspar. *Social Behavior: Its Elementary Forms*. New York: Harcourt, Brace & World, 1961 (edição revista New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1974).
- LUHMANN, Niklas. *The Differentiation of Society*. Tradução de Stephen Holmes e Charles Larmore. New York: Columbia University Press, 1982.
- MARX, Karl. "Para a Crítica da Economia Política". Tradução de José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. In: *Karl Marx. Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros Textos Escolhidos*.

- Seleção de textos de José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- . *Karl Marx, Sociologia*. Organizador (da coletânea) Octavio Ianni. Tradução de Maria Elisa Mascarenhas, Ione de Andrade e Fausto N. Pellegrini. São Paulo: Editora Ática S.A., 1982.
- PARSONS, Talcott. *As Sociedades, Perspectivas Evolutivas e Comparativas*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.
- SHILS, Edward. "Ideologia: Concepto y función". In: *Enciclopédia Internacional de las Ciencias Sociales*. Dirigida por David L. Sills. Edição Espanhola, Diretor Vicente Cervera Tomás. Madrid: Aguilar SA de ediciones, 1975, vol. 5.
- SIMMEL, Georg. *Georg Simmel, Sociologia*. Organizador (da coletânea) Evaristo de Moraes Filho. Tradução de Evaristo de Moraes Filho, Carlos Alberto Pavanelli, Otto E. W. Maas e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Ática S.A., 1983.
- SKIDMORE, William. *Pensamento Teórico em Sociologia*. Tradução de Alberto Oliva e Luiz Alberto Cerqueira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- SOROKIN, Pitirim. *Novas Teorias Sociológicas*. Tradução de Leonel Vallandro. Porto Alegre: Editora Globo — Universidade de São Paulo, 1969.
- SOUTO, Cláudio. "Teoria Geral do Social: Uma Tentativa de Explicação Axiomatizada". In: *Revista Brasileira de Sociologia*. Vol. II, n.ºs 1 e 2. Janeiro-Dezembro de 1976.
- SOUTO, Cláudio e SOUTO, Solange. *A Explicação Sociológica, Uma Introdução à Sociologia*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda. (E.P.U.), 1985.
- WEBER, Max. *Economía y Sociedad, Esbozo de Sociología Comprehensiva*. Edição preparada por Johannes Winckelmann. Tradução de José Medina Echavarría, Juan Roura Parella, Eugenio Imaz, Eduardo García Maynez e José Ferrater Mora. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- WRIGHT MILLS, Charles. *A Imaginação Sociológica*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- ZETTERBERG, Hans. *Teoría y Verificación en Sociología*. Tradução de Sibila Yujnowisky. Revisão técnica: Jorge Schnitman. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1976.

O homem precisa compreender-se e compreender os outros homens, como ser social que é. A compreensão científica mais geral da realidade social cabe ao pensamento sociológico, que procura não só descrever mas sobretudo explicar essa realidade.

Este livro tem como objetivo mostrar o processo, não o estado, do pensamento sociológico. Por isso mesmo, exemplifica como pode ocorrer esse pensamento. Não se trata de impor perspectivas determinadas sobre a Sociologia, mas sim de esclarecer, com os verbos quase sempre no condicional, como se pensaria sociologicamente: como se pensaria de maneira tentativa, porém, tanto quanto possível, unitária, elegante e simples.

Tópicos principais: Pensar sociologicamente: algo que vem da vida, para a vida. A atitude sociológica. Como são trabalhados os problemas sociológicos. Alguns problemas sociológicos fundamentais. Métodos (caminhos) básicos do pensamento sociológico.

E.P.U.



EDITORA PEDAGÓGICA
E UNIVERSITÁRIA LTDA.